



PIRACEMA

Boletim da Assessoria Técnica Independente das Regiões 4 e 5 | Maio de 2024 | nº 12

- A cabeleireira que virou pescadora depois de aprender o ofício com uma amiga
- O que o desastre-crime da Vale e o aumento dos casos de dengue têm a ver?



GOVERNANÇA: O QUE SIGNIFICA E COMO ELA SERÁ FUNDAMENTAL NO ANEXO 1.1

Com a intensificação dos debates sobre o Anexo 1.1 nas comunidades atingidas e com o início do trabalho da Entidade Gestora no território, uma palavra vem ganhando cada vez mais força e sendo cada vez mais falada: governança. Mas o que ela significa?

A definição mais simples de governança é o ato de governar, ou o ato de decidir. É ter poder de decisão sobre determinado ponto. Então, no contexto do Anexo 1.1, falar em governança é falar que as decisões têm que ser tomadas pelas próprias pessoas atingidas.

A Entidade Gestora segue alguns princípios, tanto para a construção do Plano de Trabalho, quanto para a administração do Anexo 1.1. No que diz respeito à governança, são eles: o protagonismo e a autonomia das pessoas atingidas, amplitude territorial, integração, união, reconhecimento, autossustentabilidade, transparência, controle social e mobilização social ampla.

Governança participativa e popular

Ou seja, as pessoas atingidas devem ser as protagonistas na governança do Anexo 1.1 e ter autonomia em suas decisões. Isso significa que a governança será participativa e popular. E que as decisões não serão tomadas apenas pelo Comitê Pró-Brumadinho ou pelas Instituições de Justiça.

“É muito importante, para que haja uma governança de fato popular, que as Comissões pensem em maneiras para validar os projetos e as linhas de crédito e microcrédito em suas comunidades. Isso pode ser feito de muitas maneiras: conversas com vizinhos, mobilização nas escolas e feiras, reuniões comunitárias, etc.”, avalia Julia Guimarães, gestora do Escritório de Projetos Socioeconômicos do Instituto Guaicuy. “Para garantir uma governança popular, as pessoas atingidas têm que participar das reuniões com a Entidade Gestora, com a Assessoria Técnica, mas, principalmente, organizar dentro das comunidades encontros, conversas e debates sobre o tema”, completa.

ANEXO 1.1 PROJETOS DE DEMANDAS DAS COMUNIDADES ATINGIDAS



O Anexo 1.1 é o pedaço do Acordo Judicial de Reparação que destina R\$3 bilhões para Projetos de Demandas das Comunidades e para Linhas de Crédito e Microcrédito. A parceria formada por Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB), Instituto Conexões Sustentáveis (Conexsus) e Instituto E-Dinheiro Brasil foi a escolhida pelas Instituições de Justiça para administrar parte dos recursos do Anexo 1.1.

Foto: Tânia Régio/Agência Brasil

Confira reportagem especial no site do Guaicuy

Vale ainda não retirou nem um terço dos rejeitos do rompimento da barragem do Rio Paraopeba

18 de março de 2024



QUEM SÃO OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DAS REGIÕES 4 E 5?

São chamados de *Povos e Comunidades Tradicionais* (PCTs) aqueles definidos no Decreto 6.040/2007 como “grupos culturalmente diferenciados, que têm suas próprias formas de organização social”. **Uma das principais características dessas comunidades é o forte vínculo com o território e o meio ambiente, fundamentais “para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovação e práticas geradas e transmitidas pela tradição”.**

Esses povos, que incluem **indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas**, são protegidos pela Constituição devido às inúmeras violações de direitos sofridas desde a colonização do Brasil, como o extermínio e as

invasões das terras indígenas, o processo de escravidão no país e a perseguição a povos de religião de matriz africana. O reconhecimento das pessoas como parte de um povo ou comunidade tradicional através da **autodeterminação**, bem como o direito delas à terra, estão previstos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, e foram validados no Brasil em 2004.

Dadas as fortes relações com os locais onde vivem, as vidas dos PCTs também são alteradas de maneira particular em situações de desastres ambientais, como é o caso do rompimento da barragem da Vale no Rio Paraopeba. Por isso, os membros dessas comunidades também têm participação diferenciada no processo de reparação integral.

Ribeirinhos do Rio São Francisco

Fazenda Porto do Pontal, Três Marias

“A tradição da comunidade [...] é como uma árvore, a gente cria raízes. [...] A gente tá lutando, defendendo o rio, defendendo a beira do rio, porque muita gente não sabe o valor sentimental que isso tem pra gente.” **Silvia Leal Savala**

Guiados pelo Axé

Morada Nova de Minas

“Não tem explicação o sentimento que a gente tem se identificando como povo de terreiro, pelas nossas tradições, o amor ao próximo que a gente aprende cada dia mais [...] pela natureza, o amor ao sagrado [...] temos uma relação muito grande com a natureza, com as águas [...]”

Adelson Henrique Vargas

Aldeia Capão do Zezinho, Povo Indígena Kaxixó

Martinho Campos

“A gente não vê o meio ambiente como algo que pode ser destruído, a gente vê ele como aliado, uma relação de mãe com filho [...] muito importante pra gente, porque muitos dos nossos costumes vêm da mata, vêm do rio.” **Liderjane Gomes da Mata**

Quilombo Saco Barreiro

Pompéu

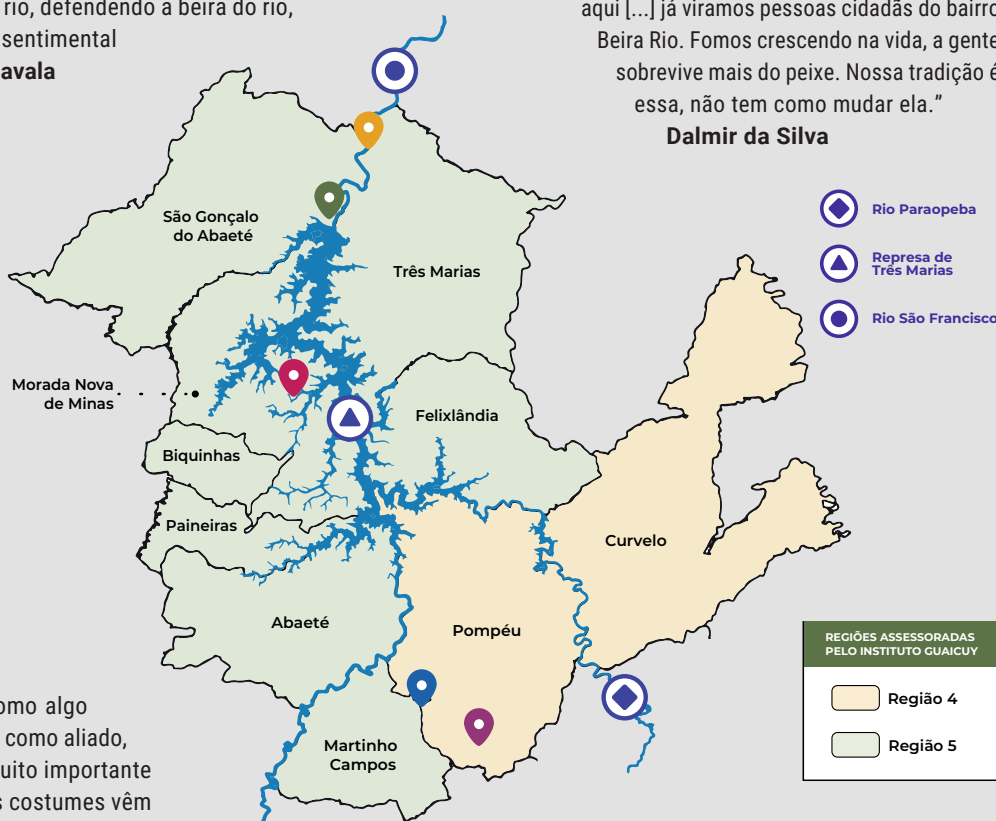
“Fomos criados correndo naquelas beiras de córrego, nascente ali [...] o lugar onde você é nascido, criado, e que você sempre aperfeiçoou com tanta bondade [...] nós fomos reconhecidos [...] agora a gente pode (se) expressar mais sobre isso.” **Josemar de Almeida Silva**

Povo Cigano Calon

São Gonçalo do Abaeté

“Nós estamos aqui desde 92 [...] convivendo aqui [...] já vimos pessoas cidadãos do bairro Beira Rio. Fomos crescendo na vida, a gente sobrevive mais do peixe. Nossa tradição é essa, não tem como mudar ela.”

Dalmir da Silva



- Rio Paraopeba
- Represa de Três Marias
- Rio São Francisco

REGIÕES ASSESSORADAS PELO INSTITUTO GUAICUY

- Região 4
- Região 5

Aponte sua câmera para o código e ouça o Águas Gerais sobre PCTs!

Entre jogar e recolher
a rede de pesca,
Val se refresca nas
águas da represa

Foto: Arquivo pessoal

4 | ENTREVISTA

ENTREVISTA

MULHER É QUE NEM ÁGUA: SEMPRE ENCONTRA UM CAMINHO

Mudar os rumos da vida não é fácil, mas quando se tem amigas por perto, qualquer missão parece mais possível

Assim foi com Valdecina Alves de Jesus, 59 anos, moradora do Recanto da Siriema, em Felixlândia. Durante muitos anos, ela teve os penteados, as tintas e os cortes como parte de seus trabalhos diários como cabeleireira. O correr do dia a dia foi parando de fazer sentido, com o tempo, por dar pouco retorno financeiro e satisfação pessoal, mas mudar de profissão parecia algo difícil para quem tinha se dedicado tanto tempo àquele ofício. “Foi quando, há uns quinze anos, a Dulce, minha melhor amiga, me convidou a aprender a pescar com ela. Parecia tão distante da minha realidade, mas ela me embalou numa canoa e me fez ver que nunca é tarde pra gente aprender algo novo”, lembra

Val. Hoje em dia, quase duas décadas depois, os grampos, secadores e tesouras de cabelo foram trocados pelas redes e pelo barco, sendo a pesca a principal fonte de renda da família.

Já a Dulce, Dulcilane Ponto, 53 anos, aprendeu a pescar há trinta anos com a amiga Josefa, também de Felixlândia. Casada com um pescador profissional, ela observava todas as artimanhas do marido e as repassava para quem tivesse interesse. Na época, Dulce trabalhava em um restaurante e também queria mudar de ares. Então, resolveu aceitar a proposta de Josefa para entender melhor os ofícios da pescaria. “Ela me ensinou a tecer e a entranhar rede, me ensinou os lugares certos de jogar a rede

e tudo mais do que sei”, relembra. Anos depois, Dulce conheceu Val em sua vizinhança, e viu surgir ali uma relação de muita amizade e confiança. Ao perceber a amiga cabeleireira desanimada com a vida profissional, Dulce se lembrou de quando Josefa a ajudou a se encontrar. “Perguntei à Val se eu podia mostrar como a vida pode ser boa dentro de um barco, buscando peixe. A gente não imaginava que seria tão divertido”, relembra.

Foto: Arquivo pessoal



Val e Dulce em uma das imersões pelas águas da Represa de Três Marias

Um novo começo

Com o fim da piracema, começavam logo cedo, junto do sol, os dias de pescaria entre as amigas. Organizar a rede no barco e entender o jeito certo de remar foram os primeiros passos. “Me lembro de rir muito olhando a Val remando sem conseguir sair do lugar. Hoje em dia, a gente tem barco a motor, mas naquela época era no braço que a gente conduzia a canoa. Demorou um pouco, mas ela pegou o jeito”, conta Dulce. Val, sempre atenta e bem humorada, ia aprendendo o jeito certo de jogar a rede e depois recolher, sem perder os peixes capturados. “Parece simples, mas tudo tem que ser feito com agilidade e jeito. É só treinando para entender”, pontua a ex-cabeleireira.

As duas amigas aproveitavam o trajeto para jogar conversa fora, desabafar, lembrar casos antigos e mergulhar na represa para refrescar. “Se minha canoa tivesse ouvidos, saberia todos os nossos segredos”, comenta Dulce, rindo. Com a prática cada vez mais refinada, os peixes chegavam em abundância: curimatá, piranha, mandinha, surubim, dourado. “O que aparecia na rede era celebrado, sinal de que eu estava aprendendo direitinho”, conta Val.

As pescarias aconteciam no começo da manhã e também de tarde, mas as “aulas” não terminavam quando elas saíam da represa. “Depois de recolher a rede, farta de peixe, era hora de levar pra casa e limpar tudo, fazer o nosso estoque para vender. Também tinha que dormir cedo. No dia seguinte, era hora de recomeçar”, diz Val. Quando começou a se sentir segura para enfrentar o barco sozinha, Val tirou sua carteira de pescadora profissional e decidiu deixar de vez os salões de beleza. Dulce se orgulha de ver a amiga há tantos anos colocando em prática o que aprendeu nos dias de imersão na Represa de Três Marias. “Agora ela pesca que nem eu, e eu gosto de ver a satisfação dela quando volta com o barco cheio. Viver do que a natureza nos dá”. Já Valdecina tem certeza de que nunca irá esquecer o gesto da amiga no momento em que mais precisou. “Me sinto segura nas águas da represa. Deve ser porque aprendi a desbravar tudo isso com o carinho de outra mulher segurando a minha mão. Desse jeito a gente não tem medo de nada, a gente reinventa quantas vezes for preciso”, conclui.

“PERGUNTEI À VAL SE EU PODIA MOSTRAR COMO A VIDA PODE SER BOA DENTRO DE UM BARCO, BUSCANDO PEIXE. A GENTE NÃO IMAGINAVA QUE SERIA TÃO DIVERTIDO”

Foto: Arquivo pessoal



Dulce mostra o resultado de mais um dia de pescaria

CAMINHOS DE FÉ E DE LUTA: TENDA UMBANDISTA REI CONGO



Foto: Gia Dias / Acervo Guaicuy

Adelson Henrique Vieira, ou Delsinho, como é conhecido pela comunidade de Morada Nova de Minas, conta que foi iniciado na Umbanda no ano 2000, na Casa de Caridade Maria Baiana. Lá trabalhou por 21 anos com sua mãe de santo, Dona Nice, até receber o chamado para abrir a Tenda Rei Congo. O novo espaço foi inaugurado em maio de 2021, debaixo da mangueira no quintal de onde morava.

Cerca de um ano depois, a sede da Tenda Rei Congo foi construída na Rua Frei Orlando, no centro da cidade, onde hoje congrega cerca de 35 filhos e filhas do Pai Adelson. Ele conta que, no princípio, teve um pouco de trabalho. “A casa fica a dois quarteirões da Igreja Matriz, então algumas pessoas, mais idosas, foram contrárias, pois achavam que os terreiros deviam ficar nas bordas, na periferia das cidades. Algumas pessoas passam olhando, quando veem a gente vestido de branco, com as nossas guias. Mas eu tenho muita amizade com o pessoal católico e evangélico. Graças a Deus, não sofremos intolerância religiosa aqui”, afirma.

Além do aumento das doenças “psicológicas e espirituais” na comunidade, Adelson relata que o desastre-crime da Vale também debilita práticas da

sua fé, já que as religiões de matriz africana utilizam e têm fé na energia dos elementos. “Como oferecer uma planta, uma raiz, a alguém, sem saber se aquilo vai fazer bem para a pessoa? Nos preocupa não ter uma água limpa, uma terra limpa para utilizar nos rituais”, comenta Delsinho.

As comunidades da Tenda Umbandista Rei Congo, da Casa de Caridade Maria Baiana e da Casa da Mãe Alessandra se uniram recentemente na **Comissão Guiados Pelo Axé**, que participa de maneira organizada dos espaços de debate sobre a reparação. Um dos desejos do grupo é um espaço na cidade para o cultivo de ervas sagradas e medicinais, que seja também um lugar de paz, oração e conexão com a natureza – um santuário. “O santuário não seria da Tenda ou das outras casas, mas da população toda”, diz Adelson.

Sobre o processo de reparação, Pai Adelson reflete: “sem a natureza, nós humanos não existimos, nem os orixás. Não tem como voltar atrás, mas com a reparação, quem sabe, podemos ter um recomeço e, talvez, as coisas normalizarem entre homem e natureza. É um trabalho de formiguinha, mas com muita esperança”, conclui.

TRADIÇÃO DE DAR ÁGUA NA BOCA

Em Campo Alegre, Luciana planeja usar os recursos dos Projetos de Demandas das Comunidades do Acordo de Reparação para resgatar a Carne de Lata



Foto: Paulo Marques/ Acervo Guaicuy

Uma prática cheia de história e tradição, armazenar a carne de porco na sua própria gordura foi um costume muito comum no interior de todo o Brasil até o final do século passado. Quando a energia elétrica ainda não tinha chegado em boa parte das casas da roça e as geladeiras eram um luxo para poucos, a Carne de Lata era um jeito — prático e saboroso — de preservar o alimento.

A técnica chegou ao Brasil com os portugueses e se espalhou pelo país com ajuda dos tropeiros e bandeirantes mineiros, fazendo morada na rotina das famílias brasileiras, como a de Luciana Assunção, que cresceu em uma casa na fazenda Cabeceiras, em Pompéu. Hoje, Luciana trabalha como comerciante e tem um bar em Campo Alegre, na mesma região. Por lá, a Carne de Lata é sucesso na certa: “num instantinho vende tudo”, ela conta.

A procura é tanta que o plano de Luciana é usar as linhas de crédito e microcrédito do Anexo 1.1

do Acordo de Reparação (Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas) para desenvolver um negócio de venda da Carne de Lata, com a ajuda da irmã. “Eu faço Carne de Lata para vender no bar, mas não é sempre que dá para fazer. Eu acho que, com o microcrédito, eu vou ter uma condição melhor para eu mesma criar os porcos, porque hoje eu compro. Geralmente, com um porco, a gente faz duas latas de 18 litros e vende a porção no bar. A gente quer ter a nossa criação e fazer em potinhos de 1 kg, que já vai arrumadinho, a carne com a gordura. A pessoa chega em casa e é só esquentar”, revela.

Além de comercializar a iguaria no próprio bar, o plano é expandir os negócios a ponto de distribuir o produto em outros estabelecimentos, como os mercados de Pompéu e Belo Horizonte. O Anexo 1.1 (Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas) tem recurso previsto de R\$3 bilhões, sendo R\$1 bilhão para crédito e microcrédito e R\$2 bilhões para projetos comunitários.

Memória de família

Quando Luciana era criança, o pai tinha uma criação de porcos e o tratamento da carne era trabalho da família inteira. Ela, a mãe, a avó e as irmãs se juntavam para limpar, porcionar e cozinhar a carne antes de armazená-la nas latas, submersa na própria gordura. E ela divide os segredos que aprendeu com a mãe: “o tempero é alho, cebola, pimenta, salsinha desidratada e orégano. Bate tudo no liquidificador e deixa a carne curtindo no tempero, enquanto frita o toucinho. Depois, você coloca a carne no fogo certinho. Não pode ser de menos, senão desmancha, e nem demais, porque aí frita por fora e fica crua por dentro. Faz bem devagarzinho. Fica bem coradinha e fica saborosa, viu?”, explica a comerciante de Pompéu.



Aponte a câmera do seu celular e saiba mais sobre os Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas, parte do Acordo de Reparação



O QUE O DESASTRE-CRIME DA VALE E O AUMENTO DOS CASOS DE DENGUE TÊM A VER?

Nos últimos meses, o Brasil tem visto uma explosão nos casos de dengue. Mais do que um ciclo natural da doença – que normalmente tem mais casos no período chuvoso – especialistas indicam que, nesse ano, o que estamos vendo pode estar relacionado com as mudanças climáticas, o desmatamento e a degradação ambiental. Isso porque áreas verdes com manejo adequado do lixo e sem água parada são menos atrativas para o *Aedes Aegypti*, o mosquito que transmite a doença.

Uma pesquisa do Instituto Guaicuy identificou que, em 2019 (ano do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho), houve um aumento na incidência da doença no território atingido do Baixo Paraopeba e do entorno da Represa de Três Marias, em relação ao ano de 2018. O problema foi identificado em quase todas as comunidades assessoradas

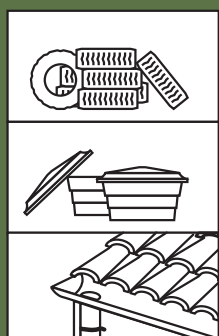
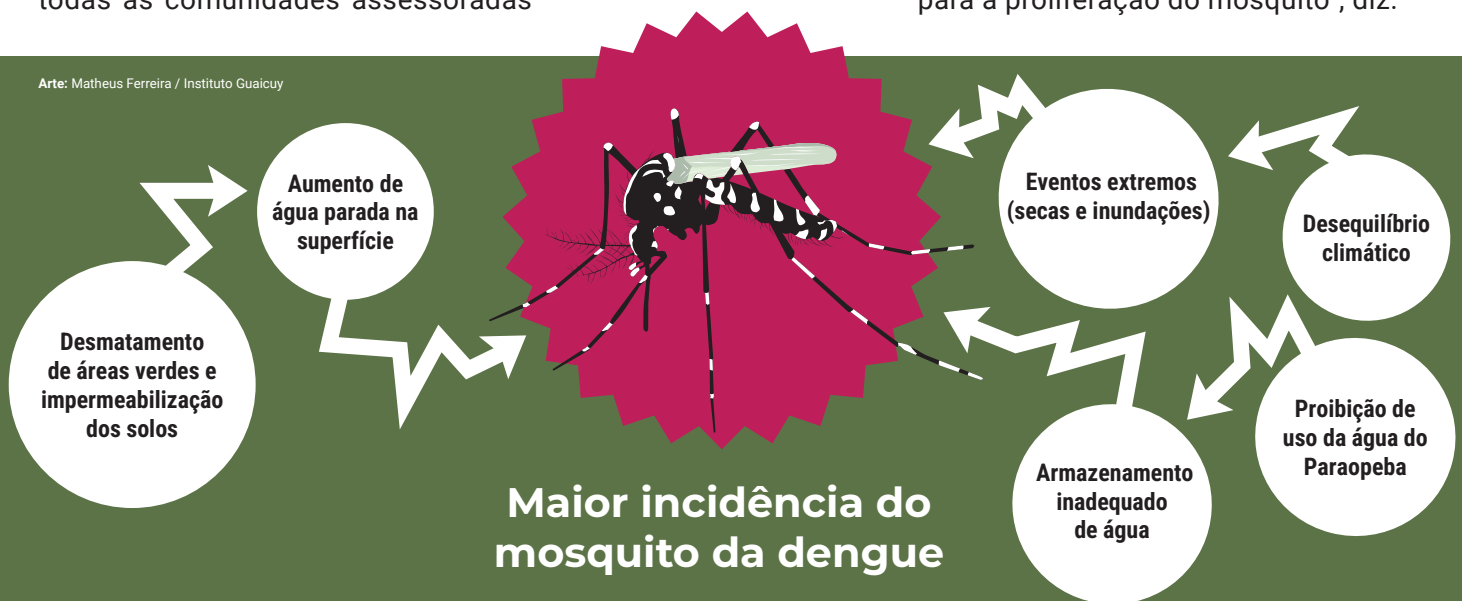
pelo Guaicuy nas Regiões 4 e 5. Em Felixlândia, por exemplo, o aumento foi de 2.239% e em São Gonçalo do Abaeté, de 1.887%.

“Os desastres-crimes ambientais, como o rompimento de barragem, favorecem o aumento dessas doenças, pois provocam uma série de alterações ambientais, como a contaminação de rios e fontes de água e no ciclo de vida de animais, assim como alteração no modo de vida das pessoas e também impactos nos serviços de saúde”, explica Isabela Caiafa, supervisora do Guaicuy, que participou do estudo.

Além disso, a pesquisadora também explica que, com a proibição do uso da água do Rio Paraopeba, aumentou o armazenamento de água em caixas e tambores. “Se não estiverem tampados e lavados adequadamente, podem se tornar locais propícios para a proliferação do mosquito”, diz.

8 | SERVIÇO

Arte: Matheus Ferreira / Instituto Guaicuy



Para prevenir a proliferação do mosquito causador da dengue e chikungunya, é fundamental a adoção de ações de proteção coletiva, como **remoção de locais onde há acúmulo de água e eliminação de criadouros de mosquitos, além de tampar caixas d'água e realizar a limpeza das calhas.**

Para a proteção individual, recomenda-se o **uso de repelente, inclusive por pessoas com sintomas ou já diagnosticadas.**

Fonte: Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais.

Aponte a câmera do seu celular para ler o Boletim Informativo sobre Dengue, Zika e Chikungunya

